



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O ESPAÇO E TEMPO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Verônica da Conceição Silva

Orientadora Prof^a. Dra. Edileuza Fernandes da Silva

Tutora Prof^a. Dra. Maria Susley Pereira

Brasília (DF), Dezembro de 2015

Verônica da Conceição Silva

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O ESPAÇO E TEMPO DA
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista Gestão Escolar sob orientação da Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva e tutoria da Professora Doutora Maria Susley Pereira.

TERMO DE APROVAÇÃO

Verônica da Conceição Silva

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O ESPAÇO E TEMPO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Monoografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza – FE/UnB
(Examinadora externa)

Prof^a. Dra. Edileuza Fernandes da Silva – FE/UNB
(Professora-orientadora)

Prof^a. Dra. Maria Susley Pereira – SEEDF
(Tutora-orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

Dedico esse trabalho em primeiro lugar a Deus, e ao meu esposo que teve a maior sabedoria para comigo em todo percurso dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por oportunizar momentos como esse de grandes desafios, mas de grandes vitórias, ao meu esposo, por estar ao meu lado em todos esses momentos, ao meu filho amado, por todo o seu carinho, aos meus pais, pela sabedoria em me transmitir todo conhecimento informal do que é educação para eles. Enfim, agradeço aos professores que me acompanharam nessa caminhada de conhecimentos, à professora Edileuza, ao professor Ricardo Pacheco, e à minha querida e dedicada professora Maria Susley, por tão belas e sábias contribuições.

Quando você está inspirado por algum projeto extraordinário, todos os seus pensamentos rompem seus vínculos: sua mente transcende as limitações, sua consciência se expande em todas as direções, e você se descobre em um mundo novo, grande e maravilhoso. Forças, faculdades e talentos dormentes tornam-se vivos, e você percebe que é uma pessoa melhor do que jamais sonhou ser.

(Patanjali).

RESUMO

A pesquisa tem como tema “A avaliação institucional e o espaço e tempo da coordenação pedagógica” e como objetivo geral: analisar se a avaliação institucional está sendo contemplada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas, e para suporte deste, foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar a concepção de avaliação institucional do coordenador pedagógico e analisar se/como a avaliação institucional tem subsidiado o trabalho na coordenação pedagógica. Para auxiliar a análise de dados, foram utilizados como procedimentos para levantamento de dados a entrevista semiestruturada e análise documental. A análise de dados mostrou que infelizmente a coordenadora pedagógica ainda não conseguiu fazer com que o tema da avaliação institucional e seus resultados fossem disseminados dentro do espaço e tempo das coordenações pedagógicas de forma reflexiva por todos os docentes, mas essa pesquisa conseguiu mostrar para a coordenadora que tal tema é extremamente relevante para um trabalho verdadeiramente pedagógico e crítico. Dessa forma, foi possível chegar às considerações finais de que esse tema tão importante ainda é visto e confundido como avaliação voltada simplesmente para as salas de aula e alunos.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Coordenador Pedagógico. Espaço e Tempo das Coordenações Pedagógicas.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO – II..... | 14 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1 Avaliação Institucional | 17 |
| 2.2 Avaliação Institucional e as aprendizagens dos alunos como um todo | 21 |
| 2.3 Avaliação Institucional e o Projeto Político-Pedagógico | 25 |
| 2.4 Avaliação Institucional, o espaço e tempo das Coordenações Pedagógicas e o papel do Coordenador Pedagógico | 29 |
| CAPÍTULO – III..... | 34 |
| 3 REFERENCIAL METODOLÓGICO | 34 |
| 3.1 Pesquisa Qualitativa: Métodos\Coleta de Dados..... | 35 |
| 3.2 Interlocutor da Pesquisa | 36 |
| 3.3 Estratégias traçadas para a pesquisa de campo..... | 36 |
| 3.4 Instrumentos, Procedimentos de coleta de dados | 37 |
| CAPÍTULO - IV | 39 |
| 4 ANÁLISE DE DADOS | 39 |
| 4.1 Análise da entrevista semiestruturada: Quem sou e o que vivencio da avaliação institucional..... | 39 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| REFERÊNCIAS | 55 |
| APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido | 57 |
| APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semiestruturada..... | 58 |
| APÊNDICE C – Roteiro de Análise Documental Projeto Político-Pedagógico..... | 59 |
| APÊNDICE D – Roteiro de Análise Documental Ata de Reuniões Dedicadas ao Dia Letivo Temático | 60 |
| APÊNDICE E – Roteiro de Análise Documental Planejamento “Escuta Sensível” ... | 61 |

INTRODUÇÃO

Como cheguei até aqui: Bom, comecei a minha carreira acadêmica voltada para a educação no ano de 2001, onde ingressei no curso de magistério hoje em dia já extinto, foi quando me vi pela primeira vez apaixonada pelo ato de aprender, tive professores maravilhosos que não só transmitiam o conteúdo formal das disciplinas, mas também iam mais além, tanto que só não ingressei na faculdade após terminar o curso porque engravidei do meu filho amado Marcos Vinícius, e digo com propriedade, toda mulher deveria ter a oportunidade de fazer o magistério, o olhar para a criança é outro depois que estudamos disciplinas voltadas para desenvolvimento humano. Em 2005, logo no primeiro semestre ingressei no curso de Letras, formando no segundo semestre de 2007, porém senti a necessidade de fazer o curso de Pedagogia, porque até então não queria ministrar aula para o ensino fundamental II e ensino médio, a minha paixão era na verdade a educação infantil e o ensino fundamental até a extinta quarta série, hoje 5º ano, formei então no ano de 2011 no curso tão almejado por mim. Se já era apaixonada pelo magistério e pelos professores que tive o prazer de conhecer naquela época, no curso de Pedagogia não foi diferente, ele só confirmou o que eu queria fazer enquanto profissional, os docentes que conheci no curso aguçaram ainda mais a minha vontade pela carreira.

Porém, a minha experiência profissional como professora regente começou bem antes de eu mesma terminar o curso de magistério, no ano de 2004 tive a minha primeira experiência como professora em uma turma de maternal em uma escola particular, daí por diante passei por algumas escolas públicas e até filantrópicas, ora como contrato temporário, ora com carteira assinada, para minha alegria e satisfação pessoal passei no concurso público para professora de 1º ao 5º ano no município de Novo Gama\GO, no ano de 2011, e lá experimentei pela primeira vez estar na função de coordenadora pedagógica, fiquei nessa função por um ano e meio e vou relatar uma coisa, foi uma experiência dolorosa, mas muito enriquecedora para o meu crescimento enquanto profissional da educação. Lá eu pude vivenciar o que a maioria dos

coordenadores passa com a falta de compreensão e ação por parte dos professores que atuavam na escola.

Contudo, foi um ano em que cresci muito como pessoa e principalmente como educadora, vejo que todo professor deveria sim, exercer essa função algum dia na sua caminhada dentro da escola, pois criticar quando não se conhece, ou simplesmente não se quer conhecer o trabalho que um coordenador desenvolve dentro da escola é fácil e cômodo, agora enfrentar os desafios dessa função, de peito e alma aberto é ir além das teorias, é querer suprir todas as angústias e aflições por parte dos professores, diretores, alunos, pais, enfim é uma função linda e árdua.

No ano de 2013, voltei para a sala de aula, onde fiquei como professora regente de uma turma de crianças de 5 anos de idade da Educação Infantil, foi um bom ano, tenho que confessar amo sala de aula; no segundo semestre do ano de 2014 passei e assumi o concurso de professora de educação básica aqui na Secretaria de Educação do DF, um concurso tão almejado não só por mim, mas pela maioria das pedagogas que conheço. Aqui no DF, eu estou tendo a oportunidade de ministrar aula em uma escola de jardim de infância na regional do Gama, onde me deparo com uma estrutura totalmente diferente, uma realidade nova fora da qual eu tinha vivenciado enquanto professora coordenadora e até como aluna.

Continuo na mesma escola citada acima, é uma escola muito agradável de trabalhar, tem no curso de sua história a característica de escola inclusiva, pois trabalhou com várias modalidades da Educação Especial, as quais: Deficiência Mental Leve, Portadores de Conduta Típica, Deficiência Múltipla e Deficiência Física; sendo que todos esses atendimentos ocorreram na forma de Integração Inversa, Integração Total e em Classes Especiais, além de alguns anos funcionar, também, a sala de recursos para atendimento complementar desses alunos com necessidades educacionais especiais. Para garantir uma educação de qualidade e inclusiva foram feitas várias adaptações para acessibilidade no espaço físico da escola, como reforma do banheiro com barras de segurança e chuveiro; além da busca constante da educação continuada por

parte dos profissionais para atuar nessa modalidade de ensino. A escola sempre teve como marca a diversidade no atendimento das modalidades de ensino, tendo a qualidade como objetivo e meta.

A partir do ano letivo de 2012, a escola passou a oferecer a modalidade de Maternal II, atendendo aos anseios da comunidade local, inicialmente com apenas uma turma no matutino, sendo ampliadas para 03 até ano passado, infelizmente, agora em 2015, essas turmas não puderam ser abertas por motivos burocráticos, tais como: falta de professores, má vontade da regional de ensino, entre outros, pois espaço físico existe na escola.

Hoje, a escola Jardim de Infância X conta com 12 (doze turmas), sendo 06 (seis) turmas de 1º Período 04 (quatro anos) e 6 turmas de 2º Período 05 (cinco anos) da Educação Infantil, sendo uma turma de Integração Inversa para atendimento de 02 alunos com Necessidades Especiais/Deficiência Auditiva Severa, conta ainda com um quadro total de 38 (trinta e oito) funcionários, sendo 33 do quadro efetivo da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal e 03 Contratos Temporários. Desse total, 21 (vinte e um) são professores, sendo 09 regentes, 03 Contratos Temporários, 01 na sala de leitura, 01 no laboratório de Informática, 02 compondo a equipe gestora e 01 coordenador pedagógico local, 01 professora na Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e 01 Orientadora Educacional. Há ainda, um total de 18 (dezoito) profissionais da Carreira Assistência à Educação, distribuídos em 04 vigias, 02 merendeiras, 02 porteiras, 04 da conservação e limpeza, 02 Serviços Gerais (Readaptadas), 01 Secretária Escolar e 02 em apoio Administrativo. A escola sempre busca contemplar as necessidades da comunidade escolar, primando suas bases em conhecimentos e práticas bem solidificadas, trabalhando com atividades que atendem desde as relações interpessoais, família e valores, meio ambiente, artes na escola, leitura, inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, e o enfoque à participação da comunidade escolar, motivando-os a atuar ativamente no cotidiano da escola, bem, como no desenvolvimento dos projetos.

As famílias dos alunos são compostas na maioria de pais e mães, no

entanto há um grande número de avós e tios que atuam como responsáveis pelos alunos, comparecendo em boa parte das atividades escolares. Os instrumentos utilizados para coletar dados sobre o contexto social e cultural da comunidade escolar são diversos, entre eles: a observação, a ficha de Matrícula Escolar, a Ficha de Saúde Escolar (Ficha 19), entrevistas do Serviço de Orientação Educacional, as conversas formais e informais com as famílias. A comunidade local que compõe a comunidade escolar, na sua grande maioria, são pessoas de baixa renda, evidenciando o fator desemprego de algumas famílias. São observados também, casos isolados de uso de drogas e bebida alcoólica nas famílias e desestrutura familiar. A escola está inserida numa localidade cercada por comércio local, como supermercados, farmácias, oficinas e também residências. Há um parque infantil, uma quadra poliesportiva e um Ponto de Encontro Comunitário nas imediações da escola.

Os alunos são atendidos dentro das 05 horas de aula diárias, em atividades diversificadas, sendo dividido o tempo em escalas de atendimento para parque, vídeo, palestras, histórias contadas e dramatizadas, e há a intenção de retomar assim que possível o atendimento no Laboratório de Informática, tudo pautado pelo que versa o Currículo da Educação Básica/Educação Infantil SEDF (2014). A comunidade regional e escolar é presente na medida do possível do cotidiano da escola, participando de atividades propostas, como: festa, reuniões, encontros, palestras, gincanas, etc. Dentre as diversas atividades propostas pela escola elencamos algumas que são abordadas ao longo do ano letivo, em parceria com os projetos específicos e as linguagens destacadas no Currículo em Movimento SEDF (2014), que são: Família e Valores; Brincar e Recrear; Informática na Infância; Projeto Inclusão e Diversidade; Projeto Arte-Cultural; Alimentação Saudável; Prazer de Ler; Projeto Ajudador; Minuto com Deus.

Infelizmente, vale ressaltar que a única Linguagem que ainda é encontrada dificuldade em trabalhar diretamente com o aluno é a Linguagem Digital, uma vez que a escola dispõe do Laboratório de Informática, com profissional habilitado para atuar, porém não há recursos financeiros e de

pessoal para a manutenção dos computadores e demais equipamentos de informática.

Enquanto professora regente vejo e sinto falta, não só do suporte tecnológico para trabalhar com aluno, mas também de questões que vão além, que envolvam reflexões acerca de temas importantes como o da Avaliação como um todo, e principalmente das avaliações que fazemos do nosso trabalho pedagógico. A escola realiza esse trabalho voltado para a avaliação democrática do espaço físico e pedagógico, mas sinto necessidade da autoavaliação dessas avaliações, não adianta avaliar por avaliar, ou simplesmente para cumprir datas do Calendário Escolar, estipuladas pela Secretaria de Educação, é necessário que se faça uma reflexão crítica desse ato.

É sabido que falar da avaliação institucional não é nada fácil, principalmente quando esta faz menção ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola, mas é necessário que deixemos de lado o nosso “eu” e pensemos no “todo” e, nesse caso, o todo dentro da escola é o que precisa sempre ser levado em consideração, como bem coloca Barbosa e Horn (2008, p.96): “A avaliação é um tema controverso, pois tem sido um importante controle social ao classificar, hierarquizar, homogeneizar e normalizar as pessoas”. E, partindo deste ponto de vista, não podemos encarar o momento da avaliação institucional como uma simples crítica motivada por questões pessoais impensadas, mas sim o resultado da reflexão de todos os envolvidos no Projeto Pedagógico para revermos o que foi feito, como se fez e o que falta para alcançar os objetivos propostos.

Diante de todo o exposto, o **tema “A avaliação institucional e o espaço e tempo da coordenação pedagógica”** está começando a me seduzir, pois está despertando em mim um novo olhar para essa temática tão mal compreendida por muitos de nós professores. Conhecia a questão da avaliação institucional em uma perspectiva, na qual somente era realizado um questionário onde os pais levavam para casa, respondiam e entregavam na escola, e assim os professores também o faziam. Agora me deparando com a avaliação institucional na forma democrática, vejo como é bom ver todos os segmentos da

escola envolvidos em uma só causa, em um só pensamento, a melhoria do espaço, não só físico, mas principalmente pedagógico. Contudo, ainda presencio algumas falhas que ao meu olhar requerem uma reflexão crítica; ou seja, depois desses momentos tão ricos de avaliação institucional, o que se faz com as informações obtidas com os debates, com as críticas construtivas, com os momentos de estudos proporcionados nesses encontros? Infelizmente o debate acaba ali? Por quê?

É sabido que o espaço e tempo das coordenações pedagógicas devem ser usados para refletirmos esses momentos de avaliação dentro da escola; e o coordenador pedagógico tem um papel muito importante, que é de servir de mediador desses momentos, principalmente para se tratar da avaliação institucional. O hábito de avaliar o que estamos fazendo, e como estamos fazendo, torna essa temática extremamente relevante, porém mal compreendida, por isso, a referida precisa está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola.

E diante dessas questões, pretendo trabalhar essa questão da reflexão crítica da autoavaliação da avaliação institucional dentro do espaço e tempo das coordenações pedagógicas, com um problema que vejo notório: **a avaliação institucional está sendo contemplada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas?**

Para que a questão proposta seja respondida, o seguinte objetivo geral norteará a minha pesquisa: Analisar se a avaliação institucional está sendo contemplada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas. E para subsidiá-lo, serão elencados os seguintes objetivos específicos:

- analisar a concepção de avaliação institucional do coordenador pedagógico;
- analisar se\como a avaliação institucional tem subsidiado o trabalho na coordenação pedagógica.

No capítulo que se segue, será abordado em que condições acontece a avaliação institucional no espaço escolar e sua importância para o trabalho pedagógico.

CAPÍTULO – II

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação não é tudo; não deve ser o todo, nem na escola nem fora dela; e se o frenesi avaliativo se apoderar dos espíritos, absorver e destruir as práticas, paralisar a imaginação, desencorajar o desejo, então a patologia espreita-nos e a falta de perspectivas, também. (CHUEIRI apud MEIRIEU, 1994, p.51).

A avaliação deve ser vista como um recurso, um suporte para chegar a uma solução adequada para o bom desenvolvimento do educando em todos os seus aspectos, a avaliação é um componente do trabalho pedagógico no cumprimento de seu papel, é importante que a avaliação perpassasse todos os momentos do planejamento educacional, avaliar não é e não pode ser associada somente a mera distribuição de notas ou conceitos vazios.

O ato de avaliar necessita ser estudado com mais cuidado para que os profissionais da educação não se percam em uma visão meramente burocrática da avaliação, e não façam com que isso prejudique os alunos e seus momentos de aprendizagem. Toda comunidade escolar precisa refletir sobre esse tema tão mal compreendido dentro dos espaços e muros das instituições escolares.

Nessa perspectiva de que a avaliação ainda é vista como um recurso negativo para o aluno, Barbosa e Horn (2008) exemplificam que, “A avaliação é um tema controverso, pois tem sido um importante controle social ao classificar, hierarquizar, homogeneizar e normalizar as pessoas” (BARBOSA; HORN, 2008, p. 96). Partindo deste ponto de vista, não se pode encarar o momento da avaliação como uma simples crítica motivada por questões pessoais impensadas, mas sim como o resultado da reflexão de todos os envolvidos no Projeto Político-Pedagógico para rever o que foi feito, como se fez e o que falta para alcançar os objetivos propostos.

A avaliação necessita ser pensada em uma perspectiva não meramente burocrática, na qual se aplicam testes, prova\exames, muito pelo contrário, a

avaliação perpassa essas burocracias, mas vai além da do ato de medir. Avaliar significa ir além, é analisar para promover intervenções por parte do educador, de forma que a mesma o auxilie no seu processo de planejamento.

Segundo Fernandes e Freitas (2007), a avaliação contempla três níveis, a saber:

Avaliação da aprendizagem dos estudantes, em que o professor tem um protagonismo central; avaliação da instituição, como um todo, na qual o protagonismo é do coletivo dos profissionais que trabalham e conduzem um processo complexo de formação na escola, guiados por projeto político-pedagógico coletivo, e a avaliação do sistema escolar, ou do conjunto das escolas de uma rede escolar, na qual a responsabilidade principal é do poder público. (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 18)

Esses três níveis que os autores referenciam – avaliação da aprendizagem dos estudantes, avaliação da instituição e avaliação do sistema escolar - auxiliam todo o trabalho pedagógico dentro das escolas, sendo assim, a avaliação não pode ser concebida como algo solto e sem direção certa, pois ela está ligada por esses três níveis diferentes que se completam e auxiliam na sua prática dentro do espaço educacional e das pessoas que lá atuam, sejam elas, professores, diretores, ou comunidade como um todo.

Avaliação para as aprendizagens, como é defendido por esses autores, é aquela em que o aluno é avaliado por seu professor de maneira que os conhecimentos adquiridos durante todo o processo escolar sejam levados em consideração. Dessa forma, a aprendizagem dos alunos vai ao encontro à concepção formativa, ou avaliação formativa que acontece ao longo de todo processo escolar, com oportunidade de reorganização do planejamento pedagógico por parte do professor, para um melhor rendimento de seus alunos, nessa avaliação, o que o aluno aprende durante o processo de aquisição das aprendizagens é mais importante do que a média ao final do processo. O caminho que o discente leva para chegar a uma determinada resposta para um problema proposto é mais importante do que a nota que o mesmo adquiri com provas e testes.

O professor que trabalha nessa concepção de avaliação centra-se nos processos e nas aprendizagens dos seus estudantes, como bem aponta

Fernandes e Freitas (2007), “O professor não avalia com o propósito de dar uma nota, pois dentro de uma lógica formativa, a nota é uma decorrência do processo e não o seu fim último”. (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 22)

É extremamente relevante que o planejamento pedagógico da escola bem como, o planejamento dos professores esteja pautado nessa visão de uma avaliação voltada para a formação do aluno como um todo, globalizado, onde os referidos sejam participantes ativos nesse processo de aquisição das aprendizagens significativas, pois assim, o aluno passa de simples espectador passivo da educação, para um sujeito que tem voz e vez no seu caminho frente aos conhecimentos, ditos científicos.

A avaliação formativa proporciona à educação um novo olhar perante as descobertas alcançadas pelos discentes, onde as novas experiências galgadas por esses sujeitos são vista como algo positivo, pois nessa concepção de avaliação o ato de buscar conhecimentos novos é encarado como um mecanismo que auxilia na aprendizagem significativa; bem como coloca Rios e Pedrosa (2010, p.4): “Avaliar é diagnosticar avanços e entraves, interferir, agir de forma a problematizar, questionar e redefinir novos caminhos a serem percorridos”.

Já a avaliação da instituição é aquela que contempla todo o pedagógico, conselho escolar, bem como toda a comunidade escolar, em suas tomadas de decisões as quais permeiam todo o trabalho desenvolvido, seja pedagogicamente ou administrativamente. Por fim, ficando aos nossos governantes e ou poder público a prerrogativa das avaliações dos sistemas escolares como um todo. A avaliação dos sistemas escolares é aquela avaliação externa à escola, contudo, ela pode ser elaborada pela própria rede em que a escola está inserida. Tem-se também dentro dos sistemas de ensino, os exames nacionais como SAEB, Prova Brasil, Enem e Enade, que vêm auxiliar a avaliação em sua visão macro.

Para que esses três níveis de avaliação tenham sucesso, é preciso que se façam uma proposta pedagógica em que os referidos sejam contemplados de forma reflexiva, e que todo o corpo docente, discente, equipe gestora, pais,

comunidade geral, coloquem em prática o verdadeiro sentido da avaliação na sua forma mais abrangente e crítica.

A Avaliação Institucional, outra forma de se avaliar a escola, auxilia todo esse processo voltado para o aluno, infelizmente, essa não é tão vista dentro do espaço escolar, ou quando o é, poucos entendem a importância da mesma para o suporte do desenvolvimento pedagógico. Porém, se bem planejada, ajuda, e muito, a retomada de decisões, a reorganização de metas e projetos voltados para o rendimento significativo dos educandos. Sendo assim, um componente importantíssimo para o bom funcionamento da escola no quesito avaliar para quê, e como? Pois, engloba tanto a avaliação da aprendizagem, como a avaliação em larga escala, ela vem subsidiar o trabalho escolar em uma visão reflexiva e integrada de ensino para a qualidade dos alunos, os quais são os verdadeiros protagonistas do ato educativo. Dessa forma, no próximo item, detalharemos melhor toda essa temática que envolve a avaliação institucional e suas potencialidades enquanto propulsora de debates críticos no espaço escolar.

2.1 Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional que é defendida pelas Diretrizes de Avaliação Educacional (2014) é uma avaliação voltada para o trabalho desenvolvido na escola, ou seja, avaliar todo processo que se dá através do planejamento que está previsto no Projeto Político Pedagógico, pois segundo essas diretrizes o ato de avaliar deve estar contido neste projeto para ser debatido, e visto até que ponto as ações estão sendo positivas ou não. O ato de avaliar necessita passar por todo grupo dentro da escola e fora dela também, tem que ser reflexivo e dinâmico, onde todos possam ser sujeitos críticos e ativos do processo educacional.

Como bem trazem as Diretrizes de Avaliação Educacional Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala (2014 – 2016, p.56):

A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades de seus atores, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. Trata-se de uma autoavaliação pela escola. (DISTRITO FEDERAL, 2014 – 2016, p.56).

O corpo docente, a equipe gestora, a comunidade escolar, bem como todos os sujeitos que se fazem presentes dentro da escola, independentes de sua função\cargo, são protagonistas do ato educativo de uma forma ou de outra, e nessa perspectiva de autoavaliação do processo educacional, todas as pessoas têm que se fazer ouvir e serem ouvidas, a avaliação só terá o seu valor reconhecido quando essas pessoas, bem como sua fala, forem respeitadas e levadas em consideração por parte de quem estão lá no topo desse debate, sejam os gestores, ou professores.

Diante disso Zákia (1995 apud Sousa) esclarece que:

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição (ZÁKIA, 1995, p.63).

É importante buscar um olhar para a avaliação nessa concepção que a autora traz, para que dessa forma a tão criticada avaliação venha a contribuir para o aperfeiçoamento das nossas práticas dentro da escola, principalmente porque ela serve para redefinir estratégias. Não tem como aprimorar o trabalho pedagógico dentro da escola como um todo se não avaliarmos o que está acontecendo ao nosso redor, é necessário encarar o momento da avaliação como um momento onde as questões pessoais fiquem de lado, a mesma não pode ser vista como uma simples crítica motivada por questões impensadas, mas sim o resultado da reflexão de todos os envolvidos no Projeto Pedagógico para repensarem o que foi feito, como se fez e o que falta para alcançar os objetivos propostos.

A avaliação que é voltada para a instituição serve para avaliar todas as instâncias da escola, tem o intuito de colocar todas e quaisquer ações a serviço

das aprendizagens, por esse motivo, avalia-se o trabalho desenvolvido no espaço da biblioteca, na sala de leitura, nos laboratórios, na sala de aula, na sala de apoio, na sala de recursos, no serviço de orientação educacional, nos projetos didáticos e ou interventivos, no atendimento ao público, no espaço e tempo das coordenações pedagógicas, além da estrutura física e da organização da escola como um todo. Diretrizes de Avaliação Educacional Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala (2014 – 2016).

“A avaliação institucional ou avaliação do trabalho da escola é realizada na escola, pela escola, em função dela e por seus próprios atores”, bem como destaca LIMA (2012), ou seja, é para subsidiar todos os segmentos da escola, é uma forma de auxiliar o trabalho pedagógico, administrativo, e principalmente das aprendizagens.

Nesta avaliação se faz necessário que as dimensões da escola se façam presentes, tais como:

Gestão Pedagógica orienta diretamente o sucesso da aprendizagem dos alunos, em trabalho conjunto com o Projeto Político Pedagógico da escola; **Gestão das aprendizagens** e dos resultados educacionais, é centrada na análise e no acompanhamento dos processos e das práticas de gestão para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem em decorrência de seus resultados, nunca perdendo o foco o qual é as aprendizagens; **Gestão Participativa** está ligada aos processos e as práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público, e a utilização de canais de comunicação principalmente com a comunidade; **Gestão de Pessoas**, que diz respeito aos processos e as práticas de gestão, que visa o envolvimento e o compromisso das pessoas tais como: professores e demais profissionais, pais, mães e estudantes e o Projeto Político Pedagógico da escola; **Gestão Financeira**, abrange os processos de planejamento, a aplicação e a prestação de contas dos recursos públicos, que visam garantir os mesmos, para implementação de políticas e programas educacionais, de forma participativa e transparente e a **Gestão Administrativa**, que engloba os processos de gestão de materiais, da estrutura física, do patrimônio, entre outros. (DISTRITO FEDERAL, 2014 – 2016).

Essa autoavaliação da escola é de extrema relevância, principalmente quando todos os integrantes estão presentes, independente do seu cargo e ou função que ocupe dentro da escola, ou fora dela, a fala dos pais, dos alunos, dos professores, da equipe gestora, bem como do coordenador pedagógico, e da equipe administrativa é primordial para uma avaliação participativa e crítica,

onde o direito de uma educação de qualidade, bem como de uma aprendizagem significativa seja garantida para o sujeito principal que é o aluno.

Alguns fatores devem ser pautados para que a Avaliação Institucional cumpra o seu papel de reavaliar o que está dando certo e o que precisa ser mudado, ela necessita contemplar as esferas tanto das coordenações pedagógicas, bem como, os conselhos de classe, conselhos escolares, pois, assim todos poderão refletir sobre o processo em que os alunos estão inseridos. Essa Avaliação não pode ser vista somente através de questionários, com respostas simplistas, muito pelo contrário, ela é “um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela”, (FREITAS et al, 2014, p.35).

A Avaliação Institucional é para acontecer ao longo do ano letivo, tomando como referência o projeto político-pedagógico da escola, revendo o que está previsto e o que precisa ser reorganizado, ela não pode ser concebida em momentos estanques, pelo contrário, assim como a avaliação formativa, é necessário que todos os integrantes da escola se façam ouvir, é uma oportunidade para todos exporem suas ideias e críticas, mas não só para exporem e cobrarem, e sim para criarem o hábito de reflexão contínua, pois, só assim avaliação institucional assumirá um papel formativo.

A escola é responsável pelo acontecimento da avaliação institucional, pois através dela demonstra compromisso para com sua equipe, seja ela gestora, de professores, especialistas, administrativos e alunos, ficando ao seu cargo a apropriação dos problemas internos da escola, para que através de todo debate e estudo a cerca desses problemas, a equipe escolar possa cobrar do Estado a sua participação para a melhor solução dos referidos. Até porque cabe ao Estado um dos níveis de avaliação a qual é a avaliação em larga escala, ou avaliação externa, e assim, como a avaliação da aprendizagem, ambas andam juntas com a avaliação institucional.

2.2 Avaliação Institucional e as aprendizagens dos alunos como um todo

O olhar e a prática para a avaliação precisa ser mudado o mais rápido possível, infelizmente o que se observa nas escolas é uma avaliação voltada somente para o aluno, e pior somente para os resultados em provas, testes, etc., e isso precisa urgentemente ser repensado por todos dentro da escola, a avaliação como um todo e a institucional mais especificamente necessita ser encarada para o fazer pedagógico dos professores, e toda equipe escolar, bem como a comunidade também, se o aluno está com rendimento abaixo do esperado, a culpa não pode ser jogada somente para ele, a escola tem que rever o seu papel perante esse aluno e sua dificuldade na aprendizagem.

Pois, como esclarece Zákia (1999),

[...] a necessidade de ressignificação da avaliação, que tende a se confundir com procedimentos de testagem, voltados à seleção e à classificação, propondo que se busque resgatar o sentido constitutivo da avaliação, ou seja, tomá-la como um processo que deve estar a serviço da orientação da aprendizagem e estímulo aos alunos para o avanço do conhecimento, cumprindo uma função eminentemente formativa. (ZÁKIA, 1999, p.2).

Esse esclarecimento que Zákia (*Ibidem*) traz deve ser levado para dentro das escolas, para as coordenações pedagógicas, para as reuniões de pais, conselhos de classe, enfim, o debate sobre como avaliar o nosso aluno é uma etapa tão importante quanto qualquer outra dentro da escola, e não pode ser esquecida ou simplesmente lembrada na semana de provas, ou eventos e projetos, a avaliação voltada para as aprendizagens significativas do aluno, vai além desses momentos, ela está relacionada no interior de cada um, nas suas especificidades, e à educação trazida informalmente, cabendo à escola e seus professores contextualizarem os saberes para as aprendizagens de cada sujeito.

Segundo Chueiri:

[...] a avaliação como prática escolar, não é uma atividade neutra ou meramente técnica, isto é, não se dá num vazio conceitual, mas é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica. (CHUEIRI, 2008, p. 52)

O docente ao avaliar o aluno, tem que se remeter aos conhecimentos empíricos dos mesmos, não cabendo ao professor o juízo de valor meramente,

pois, como bem traz Chueiri (2008) a avaliação não é uma atividade neutra, logo não se pode avaliar apenas o rendimento dos educandos no que diz respeito ao seu conhecimento em provas/testes, ou algo similar, o rendimento desses sujeitos é algo que deve ser visto como conhecimentos adquiridos ao longo da caminhada com seus pares e mundo. Nesse sentido, o ato da autoavaliação que a escola faz com seus pares é tão importante, quanto qualquer outra, ela vai auxiliar o educador e toda equipe da escola, a reorganizar o seu fazer pedagógico para subsidiar o processo e as aprendizagens de todos.

Dentro das escolas, principalmente das salas de aula, o hábito de se fazer diagnóstico necessita ser resgatado o mais rápido possível, para que a avaliação não fique a mercê somente de semanas e datas específicas. Quando se faz o diagnóstico diariamente de como está seus alunos, pode-se com mais facilidade checar falhas e redimensionar o trabalho pedagógico para a melhor absolvição dos educandos. Esse fazer avaliativo voltado para o diagnóstico diário, não quer dizer que o professor está errado o tempo todo, nem que os alunos são ruins ou bons, pelo contrário esses mecanismos vêm ajudar o professor na sua caminhada e principalmente o aluno, que infelizmente quando se fala de avaliação, na sua grande maioria fica em segundo plano, ou simplesmente quando se é lembrado é como um aluno aquém dos outros.

Cabe ao professor ser o mediador nesse processo de aprendizagem por parte dos alunos, resgatando saberes trazido de fora, e mostrando caminhos novos para adquirir conhecimentos científicos, sempre buscando formas atrativas e relevantes para os mesmos. A busca pela qualidade deve ser um caminho percorrido por todos os profissionais que buscam uma educação voltada para as aprendizagens significativas e emancipatórias.

Até porque, como bem traz Pereira (2007, p. 01), “a avaliação é o eixo central da organização do trabalho pedagógico e de as práticas avaliativas dos professores na organização da escolaridade [...]”. Então dessa forma, o avaliar para as aprendizagens requer uma nova roupagem, não pode ficar naquela mesma dicotomia das avaliações voltadas para as formas seriadas de ensino. O avaliar preocupado para o que o aluno está apreendendo significativamente é

uma questão que se faz necessário, uma vez que quando se fala nessa palavra, o que nos remete logo de imediato é a classificação de um grupo como bons ou ruins.

Assim cabe a avaliação voltar-se para um olhar mais reflexivo, onde a figura do aluno seja referenciada de forma mais humana e inclusiva, o papel que o professor desenvolve através da avaliação para com esses sujeitos, é um papel de grande importância, uma vez que cabe ao professor ser o mediador, facilitador das aprendizagens. Com isso, Pereira (2007), fala que:

[...] já que a avaliação não é um processo meramente técnico, não se reduz à elaboração de instrumentos com a intenção de julgar o desempenho do aluno. Pelo contrário, é um processo que pode viabilizar as aprendizagens, não devendo ser uma via de mão única, na qual somente o aluno é visto. (PEREIRA, 2007, p. 2)

Considerar as aprendizagens dos alunos é o fator mais importante dentro das escolas, ou, pelo menos, deveria ser encarado assim, de nada adianta preparar uma aula mirabolante, com recursos de última geração se não levar em conta o que esses alunos vão aprender de verdade, o que vai ficar de aprendizagem significativa para estes. E além de considerar as aprendizagens no momento de preparar a aula, tem-se que se lembrar delas no momento de avaliar esses sujeitos, uma pergunta tem que ser levada em consideração nesse momento de se pensar a avaliação para as aprendizagens, eu tenho que avaliar somente o aluno como um todo, ou, o meu trabalho também como mediador desse processo de aprendizagem? Ora, avaliar por avaliar o que o aluno aprendeu é muito fácil, pois, avaliar o outro é ótimo, agora avaliar o que eu enquanto professor/educador estou oferecendo para os meus alunos para que eles alcancem o patamar de uma aprendizagem que vá auxiliá-los no mundo fora dos muros das escolas, é outra coisa que necessita perpassar várias falsas atitudes de muitos professores, equipe escolar, e comunidade como um todo.

O avaliar para as aprendizagens vai além de instrumentos meramente burocráticos, como já vai exposto, ela vai ao encontro dos sujeitos em seu nível mais íntimo e global, a escola que se preocupa com essa avaliação voltada para o educando de forma mais completa é uma escola que merece ser reconhecida e aplaudida, principalmente porque enxerga nesses momentos do avaliar, um

momento natural, onde a mesma serve não para excluir esses alunos, muito pelo contrário, incluir é a palavra mais significativa quando se avalia para as aprendizagens significativas.

A contribuição que a avaliação institucional traz para essa questão do avaliar para as aprendizagens é extremamente importante, até porque um dos compromissos dessa avaliação é justamente trazer para si esse compromisso para o que a escola faz com os resultados dos seus alunos, (FREITAS et al, 2014), ou seja, quando se faz uma avaliação institucional de fato e de regra, ou qual é chamar para si, a responsabilidade do bom andamento das questões pedagógicas não só para os professores, mas para toda equipe escolar, o valor que se dá para as aprendizagens dos alunos é outro, é um valor voltado para reflexão do que se está ensinando, se esse ensinar está sendo com qualidade, ou se está cumprindo meramente o que se pede nos livros, ou manuais didáticos.

Freitas *et al* (2014, p. 13) exemplificam que “[...] é necessário frisar que a avaliação do ensino-aprendizagem em sala de aula tem como seu contraponto dialético a avaliação global da escola, a avaliação institucional”. Tanto a avaliação da aprendizagem, como a avaliação institucional, as duas andam de mãos dadas, ou pelo o menos deveriam andar, para que a avaliação do aluno não fique somente a mercê do professor em sua sala de aula, ou somente ao coletivo da escola, pelo contrário que esse momento da avaliação da aprendizagem ocorra de fato e de verdade, ela necessita perpassar toda escola, no seu sentido mais global.

A Avaliação da Aprendizagem e a Avaliação Institucional devem andar de mãos dadas, como foi esclarecido acima, pois se faz pertinente que as duas estejam alicerçadas no Projeto Político Pedagógico das escolas como um todo, para que quando se fizer necessária à busca por soluções e tomadas de decisões, o mesmo venha facilitar o processo da avaliação para os alunos como um todo.

2.3 Avaliação Institucional e o Projeto Político-Pedagógico

A avaliação como um todo e bem como a institucional tem que está contemplada no Projeto Político-Pedagógico – PPP da escola, principalmente pela importância que é esse instrumento de planejamento, é nele que consta o que a escola vai trabalhar, é quando se coloca no papel todos os objetivos e metas para o ano em curso e para o ano subsequente. É sabido que o Projeto Político Pedagógico é a alma da escola, se a escola não tiver um PPP voltado para democracia da instituição pode-se saber que a educação não será verdadeiramente voltada para a qualidade do ensino, e dessa forma a escola formará meros sujeitos sem nenhuma participação ativa no seu processo de aprendizagem.

Na perspectiva, de um projeto político-pedagógico voltado para a formação de cidadãos conscientes, críticos e reflexivos, tem-se na Secretaria de Educação do DF um importante documento, “Orientação Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas (2014),” que traz informações muito importantes e relevantes para esse tema tão discutido e que na sua grande maioria é tão incompreendido por parte dos gestores, corpo docente e comunidade escolar, é colocado neste documento que a qualidade social significa construir um projeto de escola para todos que “[...] acentua o aspecto social, cultural, ambiental e inclusivo da educação”, (GADOTTI, 2010, p.5).

A educação tem que estar voltada para a diversidade em que estamos inseridos. Não podemos esquecer que vivemos em uma década, em que as pessoas cada vez mais buscam por liberdade, não só a liberdade de ir e vir, mas uma liberdade de se mostrar por inteiro, com suas forças e fraquezas, e, a escola, cabe orientar essas pessoas a não se esconderem dentro de um muro de preconceitos, só que para isso acontecer, a instituição não pode ser preconceituosa, ou seja, essa orientação tem que ser feita de maneira reflexiva e ativa. Por isso é que temos como plano de trabalho esse documento tão importante dentro da escola, o projeto político-pedagógico, ele é o instrumento

que vai nortear o trabalho pedagógico e a coordenação pedagógica para se questionar sobre a escola que temos e a escola que queremos?

Para a elaboração desse projeto político-pedagógico é necessário que se façam algumas perguntas, além das descritas acima: que cidadãos queremos formar, um simples imitador das opiniões alheias, ou cidadãos críticos, reflexivos e ativos? Mas só fazer essas perguntas não adianta, precisa-se que todas as escolas, bem como a comunidade escolar, se façam presente nessa construção do mesmo. E nessa reflexão a autora Veiga (1998), faz uma importante referência:

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. (VEIGA, 1998, p. 03).

Esse é um ponto muito difícil dentro da escola, não só para a equipe gestora, mas para o coordenador, corpo docente, administrativo, como se fazer participar desse processo de elaboração do PPP, e essa reflexão de Veiga (1998), nos faz repensar essa questão que é tão esperada por todos nós que estamos envolvidos nesta elaboração, a qual é a participação ativa de todos, quando a mesma defende que precisamos propiciar situações em que coloquemos à disposição de todos, momentos em que eles possam pensar de forma ativa e crítica, temos que conscientizar que estamos em um único barco, e que a opinião de cada pessoa é de extrema importância para que esse barco não se perca no decorrer da sua navegação, pois desafios, como marés altas acontecerão e precisamos estar atentos e conectados entre nós.

Diante do exposto, a escola precisa colocar como prática a autoavaliação que a avaliação institucional proporciona. Não se pode deixar acabar o ano, ou semestre, ou bimestre, sem que se faça uma avaliação com todos, não só a equipe gestora, os professores, mas principalmente passar a voz para os alunos e para os pais. Uma escola que coloca como uma de suas ações essa questão tão primordial como a avaliação institucional, com certeza, terá um êxito maior na prática do seu projeto pedagógico, pois facilitará as mudanças que se fizerem necessárias.

É sabido que para a escola ter sucesso é preciso que nela estejam inseridos profissionais comprometidos com uma educação de qualidade, onde todos tenham oportunidades iguais de aprendizagens independentes de sua cor, idade, sexo ou situação financeira, pois em uma perspectiva crítica como bem traz Libâneo (2003).

Numa perspectiva crítica, a escola é vista como uma organização política, ideológica e cultural em que indivíduos e grupos de diferentes interesses, preferências, crenças, valores e percepções da realidade mobilizam poderes e elaboram processos de negociação, pactos e enfrentamentos. (LIBÂNEO, 2003, p. 168).

Ou seja, a escola e seus educadores precisam ensinar para cidadania plena, onde esses sujeitos que ali estão, sejam capazes de agir ativamente no seu processo de aprendizagem, pois dessa forma haverá uma troca de experiências entre os pares, e acontecerá uma aprendizagem significativa, que vai além de métodos e memorização.

Um ponto de extrema importância, nesse contexto explanado acima, é uma escola que tenha em seu projeto político-pedagógico, uma avaliação institucional a luz da Gestão Democrática, onde a comunidade escolar tenha voz, possa participar ativamente, não só nos conselhos escolares, mas que possam participar também na formulação do projeto como um todo, de forma verdadeiramente crítica e ativa, os gestores precisam aceitar que para o bom andamento da escola, principalmente no quesito pedagógico é necessário sim, que se faça valer as opiniões e críticas de toda comunidade educacional: professores, alunos, pais, equipe da cantina, da limpeza, da secretaria, porteiros, enfim de todos que ali estão contribuindo de alguma maneira.

A avaliação institucional pautada em uma gestão democrática é a expressão de um aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela convivência e pelo respeito às diferenças, em prol do estabelecimento de espaços de discussão e deliberações coletivas, a participação da sociedade num todo é primordial para que não somente o gestor mude sua maneira de gerência, mais também como as políticas educacionais vão se comportar frente às mudanças que precisam ocorrer. Para ajudar nesse processo é que se tem nas escolas o projeto político pedagógico que vem com esse papel de frisar

seus objetivos em uma educação que vise o crescimento do cidadão da melhor maneira possível, por esse motivo a elaboração do projeto político não pode ser algo copiado de outras instituições, pois cada comunidade escolar é diferente, tem suas peculiaridades, logo os objetivos e metas terão que ser diferentes também.

Diante do exposto, faz-se necessário que o ato pedagógico que se dá através do projeto político-pedagógico da escola tenha na sua raiz três componentes as quais Luckesi (2011, p. 54) aponta muito bem, os quais são: “planejamento, execução e avaliação. [...] O planejamento é o ponto de partida e tem a ver com o projeto pedagógico, que, para produzir efeitos, necessita ser executado.” A parte da execução é tão importante quanto o momento do planejar, pois, sem a prática, a teoria morre com todos os desejos e objetivos, e os resultados não virão à tona, logo não existirá a efetivação dos projetos elencados. Assim, para que o PPP cumpra o seu verdadeiro papel o qual é nortear todo o processo pedagógico dentro da escola, faz se pertinente que nele esteja muito bem claro qual o tipo de avaliação institucional que vai adotar, se vai ser uma avaliação voltada somente para as questões administrativas, onde o avaliar se dá meramente a notas e conceitos para o prédio da escola, ou se será uma avaliação institucional voltada para o fazer pedagógico do grupo escolar como um todo.

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-106, a proposta avaliativa necessita estar contemplada no Projeto Político-Pedagógico de cada escola.

“É importante que a proposta avaliativa de cada escola componha seu Projeto Político-Pedagógico, documento de “identidade” da escola, organizador de seu trabalho como um todo e da sala de aula, especificamente. Da mesma forma, é relevante destacar a Coordenação Pedagógica na escola, espaço-tempo primordial de estudo, discussão de concepções e práticas avaliativas, bem como de autoavaliação da escola; espaço do planejamento pedagógico com vistas à constituição de processos didáticos emancipatórios nos quais ensinar, aprender, pesquisar e avaliar não se dão isoladamente ou em momentos distintos.” (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.11)

Dessa forma, o papel de todos os envolvidos nesse processo de construção de um projeto político-pedagógico renovador, é um papel de

participantes, que pensam e agem criticamente para que aconteça verdadeiramente o processo de aquisição de uma educação de qualidade, e o primeiro passo é cada um assumir a sua responsabilidade enquanto formadores de opiniões, e para isso, cada sujeito dentro da escola tem que se fazer ouvir, mostrando que estão dispostos a enfrentarem essa empreitada a qual é a prática de uma verdadeira avaliação institucional pautada dentro de um projeto pedagógico voltado para a democratização da escola pública.

2.4 Avaliação Institucional, o espaço e tempo das Coordenações Pedagógicas e o papel do Coordenador Pedagógico

O documento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2014, p.30) defende a coordenação pedagógica como um espaço voltado para o trabalho coletivo, onde os sujeitos participam ativamente do processo pedagógico como um todo.

Esse documento esclarece que:

A garantia da coordenação pedagógica contribui para a superação da fragmentação do trabalho pedagógico, de sua rotina (SILVA, 2007) e alienação dos trabalhadores em educação. Potencializar esse espaço-tempo viabiliza o alcance dos objetivos apresentados no Projeto Político-Pedagógico, favorecendo a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Ao mesmo tempo, recupera o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado em contextos em que vários sujeitos se fazem presentes, influenciam histórias de vida e são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.31).

Valorizar esse espaço-tempo da coordenação para estudar, debater questões inerentes ao dia-a-dia da sala de aula, dos projetos pedagógicos, bem como, colocar em pauta as questões que englobam os conselhos escolares, os conselhos de classe, e principalmente a avaliação, no seu sentido institucional, faz com que esse espaço-tempo ganhe força para ir além de meras reuniões voltadas para disseminação de anúncios de datas comemorativas, ou simplesmente para rotulação de turmas como ruins ou boas. Usar esse espaço como um espaço voltado para o estudo planejado de ações estratégicas é o que

vai subsidiar todo o processo de uma escola centrada na qualidade de seu ensino. E a avaliação institucional quando usada de forma a garantir a reflexão por parte de todo grupo escolar, fortalece de forma significativa esse espaço-tempo, pois, concebe informações para reorganização do trabalho pedagógico, não só dentro das salas de aula, mas na escola como um todo.

A escola precisa pautar-se em uma visão de educação onde o aluno passe de mero espectador para ator de sua trajetória acadêmica, e para alcançar essa dádiva, faz-se necessário esse espaço-tempo, mas não somente esse espaço se faz importante, a presença de um mediador desse processo entre a utilização eficaz desse espaço e como fazer dele um espaço de estudo reflexivo das ações pedagógicas é outro ponto extremamente importante nesse processo de construção de um espaço voltado para a democratização do estudo dentro da escola. Sendo assim, a presença do coordenador pedagógico é tão importante quanto o espaço-tempo para esses estudos, então cabe à equipe gestora, bem como o poder público garantir essa figura primordial para o desenvolvimento das atividades nesse espaço-tempo da coordenação.

Nesse mesmo pensamento, o documento supracitado na p. 30 faz uma importante referência acerca do espaço e tempo que se faz pertinente aos momentos da coordenação pedagógica ao qual é: “A garantia desse espaço-tempo reflete o compromisso do Estado com a valorização e a profissionalização dos profissionais da educação.” Ou seja, esse espaço e tempo que o professor tem para preparar\planejar suas aulas é um ganho não só para ele, mas para todos os profissionais que atuam na escola, e principalmente para os alunos, o qual é o nosso sujeito mais importante no processo de ensino aprendizagem.

Este espaço-tempo é primordial para o desenvolvimento de ações articuladas, com todos os segmentos escolares, contudo, o mesmo deve ser bem utilizado, com propostas realmente voltadas para o bem pedagógico, o caráter coletivo da coordenação pedagógica, tem que ser muito bem estudado para que esse espaço não caia na mesmice de somente passar datas, e repasses burocráticos. O significado do prefixo “co” da palavra coordenação significa estar próximo, junto com os pares; não podendo ser uma ação

individualista, onde as pessoas se sintam aprisionadas e mal vistas, pelo contrário esse espaço-tempo necessita ser voltado para o trabalho coletivo. Orientação Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas (2014).

O espaço-tempo das coordenações pedagógicas é um momento voltado para o trabalho reflexivo das ações desenvolvidas pela escola para a escola, é o momento onde todos os envolvidos no processo pedagógico da escola, podem expressar suas ideias e críticas construtivas, é para ser visto por todos como um momento onde aconteça a autoavaliação dos projetos desenvolvidos, festas, oficinas, conselhos de classe, reuniões, enfim, é o momento mais propício para acontecer a reflexão acerca da avaliação institucional, ver se a mesma está contemplada no Projeto Político Pedagógico, e se está, se precisa ser revista, o que necessita ser reformulada, reorganizada. Este espaço é voltado para a ressignificação de todo fazer pedagógico.

Quando se potencializa esse espaço-tempo viabiliza-se o acontecimento dos objetivos colocados no Projeto Político-Pedagógico, com isso, favorece a construção de procedimentos que inovam o ato de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Orientação Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas (2014).

Um agente importante no contexto da importância do espaço-tempo da coordenação pedagógica e da elaboração do projeto político pedagógico, como já foi explicado, é o coordenador pedagógico, como sua função está pautada na mediação entre gestores e professores, alunos e pais, a sua participação auxilia muito na elaboração das propostas, dos debates etc. Os referidos agentes influenciam para a criação de um clima mais favorável dentro da unidade de ensino, mas não somente os coordenadores ajudam nesta perspectiva de criação, de um clima agradável, mas também, como é bem colocado por Celso dos S. Vasconcellos em: “Coordenação do Trabalho Pedagógico – Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula”. “A equipe ajuda quando não impõe, mas propõe, provoca. O provocar é necessário em função da existência de uma lógica para manter as pessoas anestesiadas, alienadas. É necessário

administrar uma tensão no processo: respeito pelo professor e ao mesmo tempo posicionamento, provocação.” Um bom gestor e coordenador é aquele que consegue ativar meios que provoquem sua equipe para uma reflexão crítica dos atos e meios que estão utilizando para a construção de um ensino de qualidade, sem discriminações e objeções.

O papel dos gestores e principalmente do coordenador pedagógico é exatamente criar meios para solucionar questões tão mal compreendidas dentro do espaço escolar e a avaliação institucional, e ter um ponto de partida é primordial, ao coordenador pedagógico cabe além de outras práticas, a de se planejar, pois, e a partir do planejamento que o mesmo irá propor atividades que retomem o ato de avaliar, e principalmente o ato de se autoavaliar.

Luckesi (2011) fala com clareza sobre essa questão da prática avaliativa como uma ação operacional: “A ação espontânea não favorece condições para uma avaliação operacional pelo fato de não ter uma direção traçada (condição para a existência da avaliação intencionalmente realizada) [...]” (LUCKESI, 2011, p. 19).

Dessa forma, fica bem claro que o ato de avaliar, e principalmente avaliar a instituição, pressupõe antes de tudo, o ato de praticar essa avaliação com planejamento, até porque como bem coloca o autor, a ação espontânea não leva ao resultado eficaz da avaliação, sendo assim, cabe ao coordenador pedagógico propor momentos dentro do espaço e tempo das coordenações pedagógicas voltadas para o estudo das avaliações como um todo. Pois, o espaço e tempo das coordenações é um espaço voltado para a formação continuada dos professores, esse espaço é uma oportunidade sobre igual para propor uma prática mais eficaz e produtiva.

Da mesma maneira que o educador é o mediador entre o que o aluno traz de casa e o conhecimento científico apreendido na escola, com a educação formal, o coordenador pedagógico é o mediador entre os saberes voltados para a formação desses professores, dessa forma, cabe ao mesmo o papel de mediar questões tão complexas, como a da avaliação, seja essa avaliação voltada para as aprendizagens ou a avaliação institucional, que é voltada para a escola no

geral. O ato pedagógico do coordenador pedagógico frente a essas questões polêmicas têm de ser um ato muito bem planejado como explicitado acima, para que não caia na mesmice de debates que não levam a uma prática consciente e eficaz.

O papel do coordenador pedagógico é tão sublime e importante quanto o do professor perante seus alunos, cabe a ele, propor uma reflexão acerca da avaliação, principalmente da avaliação institucional, essa avaliação quando bem analisada gera um mecanismo de estudo muito proveitoso para toda equipe escolar, pois, a partir dela pode-se fazer um trabalho voltado para as questões que não estão dando certo, a autoavaliação frente essa avaliação institucional faz toda diferença no trabalho desenvolvido nos corredores da escola, como nas salas de aula. Essa temática necessita ser respirada dentro do espaço e tempo das coordenações pedagógicas, como um tema a ser colocado nas formações continuadas dentro e fora da escola. Assim, o aluno, o nosso principal alvo da educação e da aprendizagem, será contemplado em sua plenitude social, como cidadão crítico, ativo e reflexivo.

CAPÍTULO – III

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A pesquisa científica, bem como o conhecimento científico, é diferenciada do senso comum, da linguagem informal, dos achismos, por se tratarem de um estudo de fenômenos ao qual se deseja conhecer e pesquisar mais profundamente. Barros e Lehfelde, (2000, p. 14) defendem que a finalidade da pesquisa é “resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos”. Além disso, é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Já a ciência para Trujillo Ferrari (1974) é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigida ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido à verificação, Lakatos e Marconi (2007, p. 80) acrescentam que, além de ser “uma sistematização de conhecimentos”, ciência é “um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”.

Diante disso, o conhecimento científico é um conhecimento que se difere dos outros por ter uma fundamentação e metodologias a serem seguidas. Além de se basear em informações classificadas, o mesmo lida com fatos, é um conhecimento sistemático, e segundo Francelin (*apud* MORAIS 1988, p.27), a ciência é “[...] mais do que uma instituição, é uma atividade. Podemos mesmo dizer que a ciência é um conceito abstrato”, e diante desses conhecimentos sistemáticos e abstratos temos como exemplos: todo corpo em queda livre cai com a aceleração da gravidade; a chuva é causada pela condensação das nuvens e o átomo é a menor partícula da matéria. Já o conhecimento popular, como bem coloca Ferrari (1974) é dado pela familiaridade que temos com alguma coisa, sendo resultado de experiências pessoais ou suposições, ou seja, é uma informação íntima que não foi suficientemente refletida para ser reduzida

a um modelo ou uma fórmula geral, tem valor reflexivo é assistemático, exemplos que poderíamos colocar são: a dor no calo do pé significa que vai chover; tomar banho após a refeição causa morte e chuva no dia de São José significa chova o ano todo.

Enfim, existem vários meios\métodos e tipos de pesquisa para obtermos respostas aos problemas de investigação de cada pesquisador, e como bem defendem Ludke e André (1986, p. 05) “o papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa”. Principalmente pelo fato de que ao pesquisador cabe, dentre muitos desafios, os problemas no âmbito educacional.

3.1 Pesquisa Qualitativa: Métodos\Coleta de Dados

A abordagem de pesquisa que mais bem se adequou a esse trabalho foi a qualitativa, por se tratar especificamente de uma abordagem que promove um contato mais específico entre pesquisador, ambiente e pessoas estudadas. Nesta perspectiva, há uma maior interação entre seus interlocutores e meios, proporcionando aos pesquisadores um olhar não só para o problema em si, mas para o porquê desse problema, bem como, destaca Godoy:

O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. (GODOY, 1995, p. 63).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa é uma das abordagens mais adequadas para estudar os desafios e problemas educacionais, é também a que mais auxilia nas reflexões acerca dos temas propostos. E por ela proporcionar esse contato entre os pesquisadores e o meio ambiente onde está sendo pesquisado é a que melhor se apresenta nesse contexto de trabalho, pois uma das características dela segundo Ludke e André (1986, p. 12) apud Bogdan e Biklen:

Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12, apud BOGDAN; BIKLEN, 1982).

Por serem os dados em sua grande maioria descritivos, e por englobar a transcrição de entrevistas, entre outros, é que esse tipo de abordagem melhor se adaptou à pesquisa em questão, até porque a pesquisa qualitativa apresenta em sua forma o estudo de caso, e esse trabalho vai estudar um caso específico, sendo o enfoque do estudo centrado em analisar se a avaliação institucional está sendo contemplada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas, analisar a concepção de avaliação institucional da coordenadora pedagógica frente ao trabalho pedagógico desenvolvido para reflexão da avaliação institucional, e a contemplação dessa avaliação no espaço e tempo das coordenações pedagógicas, bem como, analisar se/como a avaliação institucional tem subsidiado o trabalho da coordenadora pedagógica, em uma escola de jardim de infância no Gama, o estudo de caso neste trabalho favorecerá uma melhor compreensão dessas questões que envolvem os sujeitos em suas particularidades dentro do espaço escolar. Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

3.2 Interlocutor da Pesquisa

No caso desta pesquisa, e pelos objetivos que foram propostos, a interlocutora escolhida foi uma servidora pública efetiva que está atuando como coordenadora pedagógica na educação infantil há alguns anos, com carga horária de trabalho de 40 horas semanais, na região administrativa do Gama Sul, DF. Nessa análise ela será tratada como coordenadora pedagógica.

3.3 Estratégias traçadas para a pesquisa de campo

Foi solicitado aos gestores da escola, bem como para a coordenadora

pedagógica autorização para realizar a pesquisa, prestar os primeiros esclarecimentos, entregar a solicitação de autorização (TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), conforme Apêndice A, em seguida, foram agendados os dias e horários mais propícios para o desenvolvimento da entrevista, bem como para a análise documental.

3.4 Instrumentos, Procedimentos de coleta de dados

O estudo de caso permite ao pesquisador ir ao encontro do problema pesquisado, bem como, do sujeito envolvido para uma melhor compreensão das questões envolvidas, neste método as entrevistas são bem utilizadas para melhor andamento do caso. Por esse motivo utilizar-se-á entrevista semiestruturada, pois, a mesma dá aos interlocutores nesse caso a coordenadora pedagógica, a oportunidade de se expressar de maneira mais dinâmica com o pesquisador.

A entrevista é um procedimento importante tanto para o entrevistado como para o entrevistador, o caráter de socialização que a rodeia é extremamente relevante no contexto dessa proposta de coletar dados, principalmente quando o assunto é educação e escola como um todo. A entrevista semiestruturada é um dos procedimentos de coleta de informações, o que proporcionou a coordenadora pedagógica responder as questões propostas e ao mesmo tempo subsidiou outras questões levantadas no decorrer da conversa.

Um dos instrumentos utilizados foi a Entrevista Semiestruturada, com doze perguntas direcionadas para a formação acadêmica da coordenadora pedagógica, e sua visão acerca do tema da avaliação institucional, o roteiro dessa entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

A análise documental também foi um dos procedimentos de coleta de dados que melhor se adequou a esta pesquisa, pois, fortaleceu a reconstrução de ideias e opiniões acerca de levantamentos específicos do pesquisador para uma análise mais profunda e reflexiva dos documentos selecionados, por ser

uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, Ludke e André (1986). Essa técnica busca informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse, conforme Caulley (1981). Dessa maneira, os documentos analisados foram: O projeto político-pedagógico, atas e uma proposta de trabalho com o tema “escuta sensível para trabalhar a avaliação institucional com os pais, alunos e servidores da escola”, o roteiro para análises desses documentos estão no Apêndice C e D desta monografia.

No próximo capítulo, apresento as análises dos dados obtidos, a sua importância para o alcance dos objetivos propostos, e como os mesmos ajudaram na busca de respostas para o problema de pesquisa.

CAPÍTULO – IV

4 ANÁLISE DE DADOS

A finalidade deste capítulo é apresentar a análise de dados obtidos através das respostas à entrevista semiestruturada e das análises dos documentos: Projeto político-pedagógico, Atas e um planejamento desenvolvido pela coordenadora pedagógica intitulado “Escuta Sensível” para os pais, alunos e servidores da escola, ou seja, professores e funcionários como um todo.

Para fundamentar as respostas dadas pela coordenadora pedagógica frente às perguntas realizadas e as análises dos documentos supracitados, foram realizadas consultas ao referencial teórico, no Capítulo 2 desta monografia. Esta análise foi dividida em quatro tópicos, a saber: Análise da entrevista semiestruturada; análise dos documentos: Projeto político-pedagógico, Atas e um Planejamento voltado para avaliação institucional intitulado “Escuta Sensível”.

4.1 Análise da entrevista semiestruturada: Quem sou e o que vivencio da avaliação institucional

O início das análises de dados deu-se através da entrevista com a coordenadora pedagógica da escola Jardim de Infância “X” situada na região administrativa do Gama, DF. Foram realizadas doze perguntas, voltadas para a trajetória de vida da interlocutora, e sua concepção de avaliação institucional, e como vivencia esse tipo de avaliação no contexto escolar.

No decorrer da entrevista ficou bem claro que por mais que a coordenadora já tivesse um contato anterior com a disciplina de avaliação no início da sua trajetória acadêmica, ela não teve uma continuidade no decorrer de sua formação.

No magistério me lembro de várias disciplinas que falavam de avaliação, tanto em didática geral quanto dentro de outras disciplinas, como didática da matemática, didática da linguagem, entre várias, em relação ao ensino superior, quase não tive disciplinas com esse tema. (Coordenadora Pedagógica).

O tema avaliação ainda é algo muito distante do dia a dia de muitos profissionais que atuam na educação, principalmente nos cursos que ofertam licenciaturas para disciplinas específicas, como história, matemática, geografia, entre outras.

Quando foi perguntado sobre o que a coordenadora pensa sobre avaliação institucional, ela disse:

Eu vejo que as avaliações como um todo, dão um norte ao trabalho pedagógico, se você não consegue avaliar, dificilmente você vai conseguir fazer um bom planejamento, é preciso avaliar pra planejar, na verdade a avaliação deve fazer parte do planejamento. (Coordenadora Pedagógica).

É possível ver nessa resposta que a coordenadora tem consciência da importância da avaliação como um todo para o bom desenvolvimento das ações pedagógicas da escola, bem como foi explanado acima.

Sobre se a referida coordenadora participa da avaliação institucional e como ela participa, a mesma disse:

Sim. Não vejo como o coordenador não participar da avaliação, porque ela está diretamente ligada aos alunos, professores e pais. Com os professores realizo avaliações através de estudos de textos, vídeos e dinâmicas, entre outros, já com os alunos através de desenhos, histórias e com os pais a partir de questionários e reuniões até porque a avaliação na educação infantil é feita todos os dias e a partir de muitas atividades. (Coordenadora Pedagógica).

É possível vislumbrar nessa fala da coordenadora que ela coloca que participa sim, que não tem como a avaliação não fazer parte do cotidiano escolar, mas fica claro também que a mesma ainda não explana de forma clara a avaliação institucional, ela fala muito da avaliação voltada para os alunos no decorrer dos dias.

Quando questionada sobre como ela analisa o momento de avaliação institucional na escola, e se essa avaliação exerce alguma influência na organização do trabalho pedagógico, a interlocutora deu uma resposta muito parecida com a explanada acima, apresentando uma visão geral do que é

avaliação no contexto da instituição, mas trouxe uma complementação muito boa, ela faz referência à avaliação institucional e ao projeto político pedagógico, pois sabemos que a avaliação institucional necessita sim estar contemplada de forma clara e objetiva no PPP da escola.

Como já falei anteriormente, na verdade ela vai nortear o trabalho pedagógico. A partir da avaliação é que você vai conseguir fazer o seu planejamento, é ela que vai guiar o projeto político pedagógico. Ela o que vai te mostrar o que a escola tem feito de bom, e que precisa permanecer, e o que não deu certo e vai ter que ser mudado. (Coordenadora Pedagógica).

Nesta etapa da entrevista foi perguntada à entrevistada se a avaliação institucional já foi discutida em algum momento na coordenação pedagógica, e o que foi discutido, a entrevistada responde que foi trabalhado sim, e que nesse ano foi realizada uma atividade no dia letivo temático que foi voltado para esse tema da avaliação institucional.

Sim, inclusive este ano de 2015 teve um dia letivo temático, voltado para trabalhar esse tema, foi passado um vídeo que falava sobre avaliação, proposto pela subsecretaria e alguns textos para debates. Outro dia também estudamos sobre avaliação, com outras escolas, nesse dia de trabalho foi discutido a avaliação do projeto político pedagógico, e a avaliação a partir da escuta sensível que é uma forma de avaliar. (Coordenadora Pedagógica).

Como ela fez menção à avaliação institucional e ao projeto político-pedagógico, nesse momento da entrevista perguntei: - O Projeto Político-pedagógico da escola refere-se à avaliação institucional? Ela respondeu de maneira um pouco tímida, mas que sugere a presença da prática da avaliação institucional, mesmo que de forma mais retraída dentro do espaço escolar, e até mesmo dentro do PPP.

Na educação infantil o nosso projeto coloca que a avaliação é feita ampla e diariamente. Você vai em alguns momentos avaliar a instituição, os alunos, os pais, os funcionários, embora esses momentos aconteçam quase que diariamente. Essa forma de avaliar no cotidiano acontece mais na educação infantil por não haver uma forma de se fazer uma avaliação mais sistemática, por isso toda hora é hora de avaliar na Educação Infantil. (Coordenadora Pedagógica).

Como a coordenadora coloca que a avaliação está contemplada no projeto político-pedagógico da escola foi propício perguntar se ela também está contemplada no plano de ação da coordenação pedagógica, pois, sabemos da

importância de se ter uma proposta de trabalho para o ano letivo. Infelizmente a coordenadora não tem um plano de ação para o seu trabalho pedagógico.

Como coordenadora não tenho um plano de coordenação específico para a coordenação, mas o PPP da escola prevê a avaliação institucional, tanto que esse ano foram feitos vários trabalhos em relação à avaliação, tantos trabalhos que foram indicados pela Secretaria de Educação, como trabalhos que foram feitos pela própria escola, incluindo avaliação com funcionários, alunos e pais. (Coordenadora Pedagógica).

É possível ver que não existe um plano de ação por parte da coordenação pedagógica, como a própria respondeu, ela se volta para o projeto político-pedagógico, mas não para o plano de ação. Nesse momento a coordenadora pedagógica disse que realmente é necessário se ter um plano de ação, até mesmo porque o ano letivo de 2015 parece que não rendeu muito, a mesma estava em greve com a maioria dos funcionários da escola, ela relatou que parece que o ano letivo não começou, e já está terminando, disse que a nossa conversa sobre a importância da avaliação institucional a fez refletir sobre esse tema e que, com certeza, para o ano que vem ela fará sim um plano de ação para a coordenação pedagógica, para saber o que foi feito, o que não deu para fazer e o que precisa mudar.

O plano de ação é um planejamento tão importante quanto o próprio projeto político-pedagógico da escola, pois nesse planejamento deve conter várias ações, como bem orienta o documento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2014, p, 21 e 22), dentre essas várias ações, estão a de rever projetos que a escola desenvolveu no ano anterior, bem como avaliar os pontos positivos e negativos; conter novas ações e projetos que foram sugeridos pelo grupo, promover ações que abranjam o campo da convivência escolar; projetos voltados para a construção e valorização da identidade dos sujeitos e ações que englobem a formação continuada dos profissionais da educação no espaço-tempo da coordenação pedagógica na escola, bem como na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

Perguntada sobre qual a importância da avaliação institucional para o bom andamento das ações pedagógicas como um todo no espaço e tempo não

só da coordenação pedagógica, mas na escola no geral, a referida interlocutora respondeu de forma geral que é importante sim, não só para o espaço da coordenação pedagógica com seus professores em horários contrários.

É muito importante e acho que precisávamos dar mais valor a esse tema, pois pra mim ela é primordial para um bom planejamento de todas as atividades desenvolvidas na escola. (Coordenadora Pedagógica).

Para finalizar a entrevista foi perguntado se esse tema era discutido, e se os professores têm alguma visão relacionada a isso, se ela traz o resultado da avaliação institucional para esse espaço e tempo da coordenação pedagógica. Ela ficou um pouco inibida e foi bem rápida para responder.

Os professores têm uma visão de avaliação sim, mas em relação ao retorno eu acho que ele é feito na grande maioria das vezes de forma informal e por isso se perca um pouco a sua eficácia. (Coordenadora Pedagógica).

Infelizmente nota-se que o grupo de professores ainda não tem um olhar reflexivo para a avaliação institucional, e como bem argumenta Freitas:

Com a avaliação institucional o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estructure situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola. Freitas: (et al 2014, p. 38):

Bom, percebeu-se com essa entrevista que o tema da avaliação está contemplado na fala da interlocutora, mas, infelizmente, a avaliação institucional ainda ficou um pouco escondida nas respostas que a referida deu para as perguntas que tinham como pano de fundo a avaliação institucional. Ainda hoje, esse tema ainda é mal compreendido pela maioria das pessoas que trabalham dentro da escola, independente do cargo ou função que ocupe.

No decorrer dessa análise, foi visto como o PPP da escola “X” trata essa questão da avaliação institucional.

É sabido que pesquisar o tema de avaliação institucional é bem complexo, pois, abarca todos os segmentos da escola, bem como toda comunidade, que lá estão inseridos, professores, alunos, pais, funcionários administrativos, contudo, é muito relevante para toda trajetória pedagógica que a escola vai adotar, pois é avaliação institucional que vai nortear esse processo.

Dessa maneira ao analisar o Projeto Político-pedagógico-PPP da escola foi possível verificar vários pontos positivos, principalmente no que se refere aos princípios que norteiam todo o projeto aos quais são: Princípios Éticos, Princípios Políticos e Princípios Estéticos e o objetivo geral que é voltado para a viabilização de uma ação pedagógica mais humana, onde o corpo docente, discente, de funcionários e comunidade sintam-se participantes e responsáveis no cotidiano escolar pelo processo pedagógico, administrativo e financeiro, gerando um espaço físico adequado, agradável e motivador na apropriação das diversas linguagens por todos os segmentos escolares, zelando pelo ingresso e permanência do aluno na escola a partir de um acompanhamento cuidadoso e de uma implementação de excelência da gestão democrática.

Outro ponto muito relevante encontrado na análise desse projeto, está na concepção de avaliação, eles tratam a avaliação como um tema muito rico para o bom andamento das atividades propostas na escola, tanto para com os alunos, como para o grupo. É trazida nesse documento uma defesa bem-conceituada do que é avaliação para a escola e a importância de se ter esses momentos: serão proporcionados momentos de reflexão chamados **“avaliando para avançar”**. Estes momentos serão bimestrais, utilizando as datas previstas no calendário escolar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com todos os segmentos escolares, a iniciar pela Equipe Gestora através de dinâmicas, mensagens, leituras de textos e autoavaliação com o objetivo de alcançar o sucesso caminhando sempre juntos, lutando para que as dificuldades pessoais e coletivas não sejam utilizadas para trazer desânimo, tirando nossos olhos do alvo principal da nossa escola: “O sucesso de cada criança do Jardim de Infância X do Gama”.

Um dos pontos não tão positivos que foi analisado é no quesito da avaliação institucional está contemplada no PPP de forma inexpressiva, bem como traz o próprio documento no tópico: Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político Pedagógico, onde é falado da “criação de momentos de reflexão e avaliação sobre as relações escolares e o Projeto Político Pedagógico, a promoção de reuniões semestrais com pais, já previstos no Calendário Escolar

da Rede Pública, e funcionários visando à interação dos mesmos e a avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como a efetivação de momentos avaliativos através de dinâmicas e mensagens para que toda a comunidade escolar possa expressar sua opinião sobre a gestão democrática e o projeto político pedagógico e o envio de formulários avaliativos para os pais a fim de que possam livremente expressar sua opinião sobre a gestão e o projeto Político Pedagógico da escola, registrando todo o processo avaliativo em livros ata”.

Nota-se, contudo, que o tema avaliação institucional não está explicitado de forma clara e objetiva, e nem como ocorrerá no espaço da instituição escolar, pois, fazer avaliação só nesses momentos que o calendário escolar traz, não é suficiente para um bom trabalho pedagógico pautado em concepção democrática da avaliação da instituição.

Em relação ao modo como a coordenação pedagógica é abordada nesse documento, é possível vê-la no plano de ação para implementação do projeto político-pedagógico, na parte da gestão pedagógica, no campo relacionado aos objetivos, onde se lê: “Dinamizar a coordenação pedagógica, organizar momentos de estudos mensais e melhorar o coletivo da escola para um maior rendimento dos alunos”. Mas, somente nesse campo é que se faz referência ao momento da coordenação pedagógica.

Enfim, foi possível analisar que por mais que o tema da avaliação esteja presente no PPP dessa escola, a avaliação institucional ainda não está contemplada de forma dinâmica e produtiva, ela ainda está encoberta pela falsa noção que a avaliação só diz respeito aos alunos, e não ao trabalho pedagógico desenvolvido dentro das coordenações pedagógicas pelos professores. Foi observado que assim como a coordenadora pedagógica trata de maneira não tão clara a questão da avaliação institucional em suas falas no decorrer da entrevista, o mesmo acontece no quesito de como o PPP da escola traz esse tema, nos dois casos a fala da coordenadora pedagógica e o que esse documento relata sobre a avaliação são bem parecidos, como pode se observar no trecho abaixo.

Avaliação será realizada paralelamente, dentro de um processo de reflexão, utilizando vários recursos onde a avaliação qualitativa supere a quantitativa em um processo de crescimento do aluno, observando os aspectos cognitivo, afetivo e motor, considerando as possibilidades e limites de cada pessoa envolvida neste Projeto Pedagógico, onde de maneira harmônica e prazerosa alcancemos todos os alvos aqui levantados. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.16).

Buscando mais reflexões sobre a avaliação institucional na escola “X”, bem como no espaço e tempo das coordenações pedagógicas, foram coletadas informações nas atas de reuniões dos dias letivos temáticos.

Nesses documentos foi possível analisar que esses dias letivos temáticos já estão previstos no calendário escolar para que se trabalhem a avaliação institucional com datas já preestabelecidas pela subsecretaria de educação. Dessa forma, a análise foi pautada em alguns indicadores para verificar se a avaliação institucional foi contemplada nessas atas ou não, e se foi, como aconteceu o debate sobre esse tema, quais os atores envolvidos, como a equipe gestora e a coordenadora pedagógica vê esse momento voltado para avaliação institucional.

Constatou-se em duas dessas atas, a fala da diretora voltada somente para anúncios de informes administrativos, voltados para a contribuição dos pais para APM (Associação de Pais e Mestres), para prestação de contas financeira da escola, explanação sobre os recursos financeiros que a escola recebe, esclarecimento sobre o PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) e o PDDE (Programa dinheiro Direto na Escola), entre outros e formatura dos alunos do 2º Período.

Em outros momentos, foi possível constatar a fala de alguns pais, fazendo elogios para as atividades desenvolvidas na escola, outros se pronunciaram a favor de algumas questões tais como: a direção da escola sempre busca atender as necessidades das crianças, a satisfação em relação ao trabalho da escola e o desenvolvimento de seus filhos. Foram verificados também, pronunciamentos contrários a algumas questões, tais como: atividades realizadas no parque da escola, algumas mães não gostam dessas atividades, pois em determinados momentos, algumas crianças chegam machucadas em

casa. Nesse momento, a direção com a equipe de orientação educacional aproveitou para explicar sobre as atividades externas da sala, e sobre o fato das crianças se machucarem.

Em uma das atas, foi possível constatar a fala da diretora ressaltando a importância dos projetos desenvolvidos na escola, a relevância da gestão democrática, bem como, a importância do dia letivo temático para promoção da avaliação. Em um desses dias, a diretora promoveu um momento de reflexão para que as famílias avaliassem através de formulário próprio, as atividades da escola.

Infelizmente, não foi possível notar a presença ou a fala das outras pessoas que fizeram parte desse processo de avaliação voltada para a formação de uma equipe democrática, o que ficou bem claro, foi a presença da diretora em todos esses momentos voltados para avaliação institucional, a fala da coordenadora não foi contemplada, nem mesmo dos professores, e sabemos que para que a avaliação institucional aconteça de forma democrática e eficaz é pertinente entre outras coisas a participação efetiva não só da equipe gestora, mas de todos os envolvidos nessa perspectiva de uma escola voltada de fato para as questões da comunidade escolar. Pois, como bem defende Freitas et. al (2014, p.35), “A avaliação institucional da escola é um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela”.

Dessa forma, a escola por mais que em alguns momentos dê a oportunidade aos pais para questionarem o que acham da escola e do planejamento da escola, e de suas atividades pedagógicas, ainda necessita propor mais momentos com essa temática, e trazer todo o corpo docente para o debate, fazendo com que o espaço da escola se torne um espaço de reflexão acerca da avaliação institucional.

Ficou claro que o espaço para debate sobre a avaliação institucional ficou somente para informes gerais e explanações acerca da prestação de contas, que mesmo sendo parte da avaliação institucional necessita estar em constante debate junto aos outros fatores que cercam a referida. Algumas falas

de pais, também fizeram parte dessas atas, mas o trabalho voltado para a mediação entre o pedagógico e avaliação institucional ficou mais uma vez aquém das prerrogativas de como se trabalhar esse tema tão importante para o planejamento da escola, nessas atas, como em todo o PPP da escola e fala da coordenadora pedagógica, fica claro que ainda existe um falso entendimento do que é a avaliação institucional e o para que ela serve.

Como o tema da avaliação institucional ainda não tinha ficado claro para a resposta ao problema de pesquisa, foi consultado um planejamento denominado “Escuta Sensível” para analisar se nesse planejamento a avaliação foi tratada de forma mais reflexiva para o trabalho pedagógico dentro do espaço e tempo da coordenação pedagógica e se a coordenadora pedagógica se fez presente de forma dinâmica e crítica na prática do referido.

Esse planejamento de escuta sensível foi realizado na Escola de Jardim X na região administrativa do Gama-DF, com todos os segmentos escolares: pais, alunos e funcionários. Em cada segmento foi realizado um trabalho diferente para se avaliar a instituição.

Para a análise desse documento foram usados os indicadores que consta no apêndice D, sendo assim, foi possível verificar atividades direcionadas para o grupo de pais, através de uma oficina realizada pela equipe de orientação pedagógica, nessa oficina os pais tiveram a oportunidade de colocarem o que eles achavam da escola, eles tiveram a oportunidade de expressarem os seus sentimentos em relação à escola e o que eles mais gostavam, destacando o que eles achavam que era possível melhorar e até mesmo o que eles não gostavam.

Com os alunos foi feito um trabalho a partir da leitura do livro: “Quer conhecer minha escola”? Os alunos tiveram a oportunidade de fazer um paralelo entre a escola relatada no livro e a escola que possuem, em seguida eles tiveram a ajuda das professoras e da coordenadora pedagógica para responderem através de desenhos um questionário simples, com perguntas: Como é a nossa escola, o que mais gostam na escola, o que menos gostam, quem era a pessoa que eles mais gostavam na escola e o que eles gostariam que tivesse na escola e ainda não tinha.

Esse planejamento voltado para os alunos consegue expressar o verdadeiro sentido da avaliação institucional de uma forma democrática, pois como bem destaca Freitas et al (2014, p. 45), "A avaliação institucional deve ser o ponto de encontro entre os dados provenientes tanto da avaliação dos alunos feita pelo professor, como da avaliação dos alunos feita pelo sistema. Ambos falam de um único sujeito: o aluno, a verdadeira figura central da escola."

Para os funcionários foi entregue três círculos um de cada cor, sendo: verde, onde eles deveriam escrever o que consideravam que a escola tinha de melhor, um vermelho, onde eles escreveram o que a escola tinha que eles consideravam um problema e um amarelo onde foi destinado para que eles colocassem uma solução para o problema relatado no círculo vermelho.

Todo esse material segundo consta no planejamento será usado na reconstrução do PPP da Escola Jardim X do Gama-DF, visando incluir os anseios de todos os segmentos na reconstrução desse projeto.

Foi muito bom ver que a escola por mais que não tenha tão explicitamente a avaliação institucional contemplada no seu projeto político-pedagógico, ela conseguiu planejar uma atividade que conseguiu chegar não somente aos funcionários da escola, mas a todos os pais e alunos, a equipe conseguiu com essa atividade fazer com que a avaliação institucional fosse realmente colocada em prática com os atores primordiais desse processo de construção de uma escola democrática e reflexiva. Até porque "a avaliação institucional da escola é um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela". Freitas et al (2014, p. 35)

E o melhor é que esse planejamento será utilizado como bem foi colocado acima, para a reconstrução do PPP da escola para o próximo ano.

Nesse momento da pesquisa foi possível criar um pouco mais de entusiasmo quanto à análise desse planejamento, pois foi possível ver que a coordenadora pedagógica conseguiu colocar em prática o seu papel fundamental o qual é ser mediadora do trabalho pedagógico desenvolvido no espaço escolar, contudo, à questão da avaliação institucional está sendo

contemplada no espaço e tempo da coordenação pedagógica ainda não ficou tão clara nem na fala da coordenadora pedagógica quando questionada na entrevista, nem no próprio projeto político-pedagógico, nem tão pouco nas atas e nesse planejamento intitulado “Escuta Sensível”.

Ficou notório no decorrer dessa análise que o tema avaliação institucional ainda é permeado por fatores contraditórios, e que essa avaliação ainda é confundida com a avaliação feita nas salas de aula, ou com simples críticas dos pais, ou funcionários a algo que gostaram ou não. Infelizmente, ficou claro também que a avaliação institucional ainda não chegou ao espaço e tempo das coordenações pedagógicas, esse espaço ainda não está sendo utilizado de forma eficaz para trabalhar questões tão importantes como é o tema da avaliação institucional para o planejamento educacional.

No capítulo que se segue, foi pautado na tentativa de sistematizar as respostas às indagações feitas no decorrer de toda análise aqui apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado analisou como se dá a avaliação institucional no espaço e tempo da coordenação pedagógica na escola jardim de infância X do Gama-DF. Nesse sentido, foi feito um trabalho de pesquisa voltado para a concepção de avaliação institucional por parte da coordenadora pedagógica da escola e do trabalho desenvolvido por ela no espaço e tempo das coordenações pedagógicas.

Aqui estão apresentadas as reflexões advindas de todo o trabalho desenvolvido através da pesquisa realizada, com o suporte da entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica e com as análises dos documentos. É trazido aqui, para uma melhor compreensão das reflexões apresentadas, o problema de pesquisa: a avaliação institucional está sendo contemplada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas? Retoma-se também o objetivo geral que foi analisar se avaliação institucional está sendo contemplada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas. Além desse objetivo geral, volta-se aos objetivos específicos, os quais foram: 1- analisar a concepção de avaliação institucional do coordenador pedagógico; 2- analisar se como a avaliação institucional tem subsidiado o trabalho da coordenação pedagógica.

No decorrer de toda pesquisa foi observado como a avaliação institucional ainda é vista como prática meramente burocrática por parte de todos os envolvidos na equipe gestora, bem como pelo próprio coordenador (a) pedagógico (a). Nesta pesquisa ficou evidenciado que os momentos destinados à prática dessa avaliação foram usados para outras questões, menos para a questão da reflexão acerca do trabalho pedagógico desenvolvido por todos dentro da escola.

A fala da coordenadora pedagógica, quando questionada sobre como se dá avaliação institucional no espaço e tempo das coordenações pedagógicas, explicita que há uma dificuldade por parte do grupo de professores relacionada a esse tema tão mal compreendido, talvez por falta de estudos acerca dele, ou até

mesmo por falta de se querer sair da zona de conforto para uma reflexão consciente do seu papel frente às questões que permeiam todo o fazer pedagógico dentro da escola e principalmente dentro do espaço e tempo das coordenações pedagógicas, pois é sabido que esse espaço é dedicado para momentos de estudos e planejamentos.

Com o suporte das análises documentais, pode-se constatar que a avaliação institucional aparece sim, mas de maneira ainda muito tímida, ela se mostra de uma forma em que, se o leitor não adentrar para as entre linhas, ele a confundirá com a avaliação realizada dentro das salas de aula, pelos professores em relação a seus alunos. No próprio PPP da escola, a referência que é trazida acerca da avaliação institucional não repercute em um trabalho voltado para uma reflexão profunda desse mecanismo, que se bem usado, consegue fazer com que o planejamento pedagógico cumpra o seu verdadeiro papel, que é subsidiar todos os profissionais dentro e fora das salas de aula. Nota-se no projeto político-pedagógico do Jardim X do Gama-DF que eles buscam através de datas já pré-estabelecidas pela SEEDF no calendário escolar tirar momentos para avaliar, mas esses momentos não perpassavam a avaliação institucional de fato, há certa confusão acerca do que é avaliação institucional, esse tema como bem traz nesse PPP, não fica claro o que se é avaliação institucional para essa escola.

Outro mecanismo de análise documental foram as atas destinadas aos dias letivos temáticos, esses dias são trazidos pelo calendário escolar, para serem tratados de temas avaliativos, logo foram utilizados alguns desses dias para a avaliação institucional da escola, porém, o ponto que se chegou depois de analisar essas atas é que esses dias letivos temáticos destinados para avaliação institucional caiu na rotina de simples pronunciamentos acerca de datas, informes sobre prestação de contas, e poucas falas de pais, ora elogiando algumas atividades desenvolvidas com seus filhos, ora criticando algo que eles julgavam como não sendo corretos por parte de alguns professores, e escola.

Já na análise do planejamento intitulado “Escuta Sensível” foi possível

perceber que a coordenadora pedagógica começou a colocar em prática de forma mais clara o que é avaliação institucional, ela conseguiu fazer a mediação de maneira bem criativa com alunos e o corpo docente. Com a ajuda da orientadora educacional, conseguiu fazer um trabalho envolvendo os pais, e, o mais importante, ela usará essas informações coletadas com esse planejamento para reorganizar o planejamento dentro do PPP da escola para o ano que vem.

Para finalizar esse capítulo não poderia deixar de registrar aqui, a intenção da coordenadora pedagógica acerca da confecção do seu plano de ação, pois, conforme ela mesma relatou, “realmente não havia um plano específico voltado para a coordenação pedagógica”, mas que após todo o debate realizado acerca da importância da avaliação institucional para o bom andamento das atividades pedagógicas da instituição, e, da importância do papel do coordenador pedagógico para o trabalho desenvolvido, tanto pelos professores, quanto pela escola como um todo, a coordenadora registrou que fará um plano para subsidiar o seu trabalho na coordenação desta Unidade Escolar.

Constatou-se também, que o problema de pesquisa foi respondido, mesmo que não tenha sido com a resposta tão esperada, porém, além de se obter a resposta para o problema, o maior intuito dessa pesquisa é propiciar momentos de debates sobre a importância da avaliação institucional, e por mais que a resposta tenha sido que a avaliação institucional ainda não é contemplada de forma eficaz e clara dentro do espaço e tempo da coordenação pedagógica dessa escola, o referente estudo serviu para que a coordenadora fizesse uma reflexão acerca do seu papel frente ao pedagógico desse jardim, permitindo assim, que ela se pronunciasse a favor dessa avaliação como mecanismo de auxílio para o seu trabalho e para o planejamento escolar.

Como o pano de fundo dessa pesquisa era como a avaliação institucional estava sendo trabalhada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas, logo o papel do coordenador (a) pedagógico (a) se tornou um papel de destaque, bem como suas funções durante esses momentos, dessa maneira, foi possível através dessa pesquisa, chegar a essa coordenadora, de

maneira que a referida conseguiu refletir que tem um papel extremamente importante dentro da escola, pois cabe a ela essa prática de buscar temas relevantes para o planejamento escolar e não só buscar, mas mediar todo esse processo. Sendo assim, essa pesquisa conseguiu fazer com que a coordenadora trouxesse para si a responsabilidade de criar momentos de estudos acerca da avaliação institucional de forma mais objetiva e eficaz.

É claro que essa pesquisa foi só o pontapé inicial para uma discussão mais aprofundada desse tema tão rico e abrangente, mas, com certeza, foi um pontapé que gerou grandes reflexões acerca da avaliação institucional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica** – Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas. 2014.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. et.al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia)

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre a Avaliação Escolar**. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

BRASÍLIA. Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes de **Avaliação Educacional**: Aprendizagem, Institucional em Larga Escala. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal **Projeto Político-Pedagógico da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília, DF: SEEDF, 2014.

FRANCELIN, Marivalde Moacir, **Ciência, senso comum e revoluções científicas**: ressonâncias e paradoxos. In: *Ci. Inf., Brasília*, v.33, n. 3, p.26-34, set./dez. 2004.

FREITAS, L. C. et. al. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais - **Revista de Administração de Empresas** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995 57.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem componente do ato pedagógico** – 1.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica – **Indagações sobre Currículo**: Currículo e Avaliação. Brasília 2007.

PEREIRA, Maria Susley. **A Avaliação das Aprendizagens e a Escola em Ciclos**: o que Muda na Prática Docente. In: XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP – Campinas – 2012.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RIOS, Marilene Gonçalves e PEDROSA, Priscilla Vilas Bôas. **Avaliação Formativa como Reguladora das Aprendizagens**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/paginas/curso/cod/281/area/DOCENCIA+NA>>. Acesso em: 29 set. 2015.

ZÁKIA L. SOUSA, SANDRA M. **Avaliação Institucional**: Elementos para discussão. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u2_eixo1_2.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, - **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula, 6.^a ed. São Paulo : Libertad Editora, 2006 .

VEIGA, Ilma P. A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória? Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>> Acesso em: 29 set. 2015.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1998.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2^a Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido**Responsável pela pesquisa: Verônica da Conceição Silva****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO**

Eu _____, abaixo assinado, declaro ter sido informado(a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa “**A avaliação institucional e o espaço e tempo da coordenação pedagógica**” tem como objetivo central “**Analisar se avaliação institucional está sendo contemplada no espaço e tempo das coordenações pedagógicas**”. Consinto a gravação de entrevista pelo(a) pesquisador(a) Verônica da Conceição Silva. Estou ciente de que os dados coletados nessa entrevista terão caráter confidencial e serão usados como material de reflexão para o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, podendo vir a ser utilizados também em trabalhos acadêmicos decorrentes da mesma. Concordo com o uso de um pseudônimo, no intuito de resguardar o meu anonimato como participante da pesquisa. Receberei informações sobre o estudo, as quais poderão ser obtidas também pelo endereço profess22veronica@gmail.com. Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado para atender a objetivos científico-acadêmicos, mantendo a minha identidade em sigilo. E por estar de pleno acordo, com os termos ajustados e mencionados neste termo, assinamos o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Brasília - DF, ____ de _____ de _____.

Interlocutor(a) da pesquisa

Nome do(a) Pesquisador(a).

Responsável pela pesquisa

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semiestruturada

PROFESSORA TUTORA: Maria Susley Pereira

CURSISTA: Verônica da Conceição Silva

TEMA 02: Avaliação Institucional

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

| | | |
|--|------------------------------|--------------------------|
| Interlocutor _____ | | |
| Instituição _____ | | |
| Local/Campus _____ | | |
| Data __/__/2015 | Horário/Início: _____ | Horário/fim _____ |
| Entrevistador(a): Verônica da Conceição Silva | | |

1-Fale um pouco sobre sua trajetória profissional!

2-Qual a sua formação?

3- Em sua formação acadêmica cursou disciplinas pedagógicas que discutisse avaliação? Quais?

4- Quando tempo atua na escola como coordenador (a)?

5- O que você pensa sobre avaliação institucional?

6- Você participa da avaliação institucional? Como?

7-Como você analisa o momento da avaliação institucional na escola? Ela exerce alguma influência na organização do trabalho pedagógico?

8- A avaliação institucional já foi discutida em algum momento de coordenação pedagógica? O que foi discutido?

9-O que o Projeto Político-pedagógico diz a respeito da avaliação institucional?

10- O plano de ação da coordenação prevê a avaliação institucional?

11- Em sua opinião, qual importância da avaliação institucional para o bom andamento das ações pedagógicas como um todo no espaço e tempo não só da coordenação pedagógica, mas na escola no geral?

12- É discutido esse tema, os professores têm alguma visão relacionada a isso, você traz o resultado da avaliação institucional para esse espaço e tempo da coordenação pedagógica?

APÊNDICE C – Roteiro de Análise Documental Projeto Político-Pedagógico

PROFESSORA TUTORA: Maria Susley Pereira

CURSISTA: Verônica da Conceição Silva

TEMA 02: Avaliação Institucional

INSTRUMENTO (S) DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

| INDICADORES | OBSERVAÇÕES |
|--|--------------------|
| 1-Concepção de avaliação. | |
| 2- Se a avaliação institucional é contemplada no PPP. | |
| 3- Princípios fundantes do PPP. | |
| 4- Objetivos do PPP. | |
| 5-Como a avaliação institucional é contemplada no PPP. | |
| 6-De que maneira a avaliação institucional é prevista. | |
| 7-Se está prevista a retomada dos resultados da avaliação institucional outros momentos, como por exemplo na coordenação pedagógica. | |
| 8-Como a coordenação pedagógica é abordada. | |

APÊNDICE D – Roteiro de Análise Documental Ata de Reuniões Dedicadas ao Dia Letivo Temático

PROFESSORA TUTORA: Maria Susley Pereira

CURSISTA: Verônica da Conceição Silva

TEMA 02: Avaliação Institucional

**ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL
ATA DE REUNIÕES DEDICADAS AO DIA LETIVO TEMÁTICO**

| INDICADORES | OBSERVAÇÕES |
|--|--------------------|
| 1-Se avaliação institucional é contemplada nessas atas. | |
| 2-Como avaliação institucional é apresentada nessas atas. | |
| 3-Se avaliação institucional é vista como mecanismo de reflexão acerca da proposta pedagógica da escola. | |
| 4- Como a equipe gestora e a coordenadora pedagógica vê esse momento da avaliação institucional. | |
| 5-Esse dia letivo temático é realmente utilizado para a temática da avaliação institucional. | |
| 6-Quais atores estão contemplados nessas atas. | |

APÊNDICE E – Roteiro de Análise Documental Planejamento “Escuta Sensível”

PROFESSORA TUTORA: Maria Susley Pereira

CURSISTA: Verônica da Conceição Silva

TEMA 02: Avaliação Institucional

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL PLANEJAMENTO “ESCUTA SENSÍVEL”

| INDICADORES | OBSERVAÇÕES |
|--|--------------------|
| 1-Se avaliação institucional é contemplada nesse planejamento. | |
| 2-Como avaliação institucional é apresentada nesse planejamento. | |
| 3-Se avaliação institucional é vista como mecanismo de reflexão acerca da proposta pedagógica da escola. | |
| 4- Quais sujeitos estão contemplados nesse planejamento. | |
| 5-Qual dinâmica utilizada nesse planejamento para tratar da avaliação institucional. | |